


Accreditação, qualidade no ensino superior


 No passado dia 22 de Novembro foi apresentado publicamente o relatório do processo de avaliação conduzido pela ENQA - Associação Europeia para a Garantia de Qualidade no Ensino Superior - para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

A Ordem dos Engenheiros (OE) não pode deixar de apoiar de forma expectante este passo dado pelo Governo no sinal que representa de pretender instalar, para todas as áreas do conhecimento e com consequências concretas para a rede do ensino superior, uma política e um método que no essencial a OE tem vindo a praticar nas engenharias desde 1994.

O relatório é positivo. Propõe um modelo que “se aplicado” conduzirá seguramente a melhorias significativas na nossa rede do ensino superior, em racionalização e qualidade.

“Se aplicado”..., aqui reside o busílis da questão! O modelo anterior de avaliação nacional estava certamente esgotado, mas o que principalmente falhou nesse passado recente, sejamos justos, mais do que a avaliação foi o não ter havido consequências da avaliação. Ora, deixemos claro que tal é ou foi da responsabilidade primeira dos governos, naturalmente que para satisfação dos que no sistema do ensino superior privilegiam o imobilismo à mudança.

O processo de acreditação generalizada de cursos é pois um sinal de esperança. A nossa Sociedade, o nosso sector produtivo e a nossa economia em geral precisam urgentemente de uma rede de ensino superior que forme quadros jovens competentes a vários níveis, técnicos auxiliares, licenciados e mestres, tal como o Processo de Bolonha preconiza, e não um exército de licenciados incompetentes.

Na apresentação do relatório, o responsável da ENQA pelo projecto disse textualmente o seguinte: “Institutional accreditation should be considered in order to steer and regulate the number and quality of Higher Education Institutions”.

Pois, com o exemplo do panorama das engenharias percebe-se que não conseguiremos produzir essa oferta de formações se de facto não operamos uma mudança significativa, eventualmente dolorosa, na nossa rede do ensino superior. O futuro nos dirá se houve uma evolução da determinação e força política para realizar tal transformação.

A Ordem dos Engenheiros tem seguido de há muito esse caminho de defesa da qualidade da formação diferenciada em engenharia. E tem-se

ensino

POR SEBASTIÃO FEYO DE AZEVEDO

Vice-Presidente Nacional
da Ordem dos Engenheiros



mantido na linha da frente da adopção das melhores práticas europeias nesta matéria.

Na sequência de uma política de colaboração internacional de longa data, a Ordem é, desde 8 de Fevereiro de 2006, co-fundadora, conjuntamente com treze prestigiadas organizações europeias de engenharia, de uma associação internacional (a ENAEE - European Network for Accreditation of Engineering Education) que aprovou um conjunto de padrões de métodos e competências de engenharia para cursos de primeiro e de segundo ciclo, designados como padrões EUR-ACE.

Igualmente, e na sequência da submissão de dossiers dos seus procedimentos de acreditação, a Ordem dos Engenheiros tornou-se em 16 de Novembro de 2006 uma das seis agências europeias reconhecidas pela ENAEE para acreditar cursos e atribuir o selo de qualidade europeia EUR-ACE.

Esta actividade da OE é reconhecida no relatório da ENQA quando aí se lê “The ENQA panel has especially noted the impressive account of the Professional Order of Engineers concerning their elaborate and extensive accreditation work...” e “For instance, the engineers association is involved in the EUR-ACE cooperation and has recently revised the standards of the association to ensure compliance with those of EUR-ACE”.

É, pois, bem claro que a Ordem aprova e apoia que a nível nacional sejam adoptados procedimentos e padrões europeus de qualidade na avaliação de cursos, em todas as áreas.

A chegada da agência de qualificação e acreditação não significa por si só a melhoria do sistema, mas devemos ‘acreditar’ e temos que o fazer nas diferentes interpretações da palavra: temos que ‘acreditar’... no nosso futuro, que existe desde que sejamos capazes de escolher o caminho da convergência europeia, isto é, o caminho dos critérios de qualidade e de organização europeus; temos que “acreditar” as formações... isto é, avaliar se as instituições e os programas de estudo obedecem a esses critérios.

Se não “acreditarmos”, ou se deixarmos que os critérios de qualidade sejam distorcidos por critérios políticos de ocasião ou se mantivermos uma concepção imobilista da rede do sistema do ensino superior, a consequência será que estaremos a formar esse exército indesejado de licenciados incompetentes que fatalmente ocuparão indevidamente lugares dos quadros competentes e, desta forma, comprometerão o caminho da convergência e do desenvolvimento. ●